

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Abreviaturas e Siglas Usadas</i>	XXI
<i>Prefácio</i>	XXIII
Capítulo I – Aspectos Introdutórios do Direito Administrativo	1
1.1. Estado	1
1.1.1. Elementos	1
1.1.2. Poderes	2
1.1.3. O neoconstitucionalismo: democracia e Estado constitucional de direito	3
1.2. Direito administrativo	5
1.2.1. Origem	5
1.2.2. Sistemas jurídico-administrativos	6
1.2.3. Conceito	7
1.2.4. Objeto	8
1.2.5. Relações sistêmicas	8
1.2.6. Hermenêutica	9
1.2.7. Fontes	10
Quadro sinótico	12
Exercícios de fixação e questões de concursos públicos	13
Capítulo II – Administração Pública	17
2.1. Conceito e natureza	17
2.2. Organização estrutural	18
2.2.1. Noção geral	18
2.2.2. Desconcentração e descentralização	18
2.2.3. Teoria do órgão público	19
2.3. Administração Direta	20
2.3.1. Repartição constitucional de competências	20
2.3.2. União	21
2.3.3. Estados-membros	22
2.3.4. Municípios	23
2.3.5. Distrito Federal	23
2.4. Administração Indireta	24
2.4.1. Autarquias	25
2.4.2. Fundações públicas	27
2.4.3. Agências	29

2.4.3.1. Agências executivas	29
2.4.3.2. Agências reguladoras.....	30
2.4.4. Empresas estatais.....	34
2.4.4.1. Conceito.....	34
2.4.4.2. Previsão normativa.....	34
2.4.4.3. Criação e controle.....	35
2.4.4.4. Personalidade jurídica	35
2.4.4.5. Subsidiárias	35
2.4.4.6. Regime jurídico	36
2.4.4.7. Espécies.....	38
2.4.5. Consórcios administrativos	39
2.5. Entidades paraestatais ou terceiro setor.....	40
Quadro sinótico	43
Exercícios de fixação e questões de concursos públicos.....	44

Capítulo III – Princípios da Administração Pública	47
3.1. Noção geral.....	47
3.2. Princípio da legalidade	48
3.3. Princípio da impessoalidade.....	49
3.4. Princípio da moralidade.....	50
3.5. Princípio da publicidade.....	51
3.6. Princípio da eficiência	52
3.7. Princípio da economicidade	53
3.8. Princípio da supremacia do interesse público	53
3.9. Princípio da indisponibilidade do interesse público.....	54
3.10. Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade.....	55
3.11. Princípio da motivação	55
3.12. Princípios da tutela e da autotutela.....	56
3.13. Princípio da segurança jurídica	56
3.14. Princípio da especialidade	57
3.15. Princípio da continuidade dos serviços públicos.....	57
3.16. Princípio da livre concorrência (concurso e licitação)	57
3.17. Violação dos princípios	58
Quadro sinótico	58
Exercícios de fixação e questões de concursos públicos.....	59

Capítulo IV – Poderes da Administração Pública.....	63
4.1. Noção geral.....	63
4.2. Poder vinculado.....	63
4.3. Poder discricionário.....	64
4.4. Poder hierárquico	64
4.5. Poder disciplinar.....	66
4.6. Poder normativo	67
4.7. Poder de polícia	68
4.7.1. Conceito.....	68
4.7.2. Efeitos.....	68

4.7.3. Fundamento	69
4.7.4. Polícia administrativa	69
4.7.5. Características	69
4.7.5.1. Autoexecutoriedade	69
4.7.5.2. Coercibilidade	70
4.7.5.3. Discricionariedade	70
4.7.6. Requisitos	70
4.8. Abuso de poder	71
Quadro sinótico	72
Exercícios de fixação e questões de concursos públicos	73
Capítulo V – Responsabilidade Civil do Estado	77
5.1. Conceito	77
5.2. Fundamentos	77
5.3. Teorias da responsabilidade estatal – evolução	78
5.3.1. Teoria da irresponsabilidade	78
5.3.2. Teoria civilista da responsabilidade subjetiva (culpa civil)	79
5.3.3. Teorias publicistas	79
5.4. Critérios adotados no direito brasileiro	80
5.5. Conceito de agente causador do dano	82
5.6. Causas excludentes	83
5.6.1. Fatos da natureza	83
5.6.2. Culpa exclusiva da vítima	84
5.6.3. Ato de terceiro ou fato de outrem	85
5.7. Aspectos processuais	85
5.7.1. Ação de indenização	85
5.7.2. Ação regressiva	87
5.7.3. A fixação do valor reparatório	88
5.8. Responsabilidade civil por atos administrativos	88
5.9. Responsabilidade civil por atos legislativos	89
5.9.1. Normas inconstitucionais	89
5.9.2. Leis de efeitos concretos	89
5.9.3. Medidas provisórias	90
5.9.4. Omissão legislativa	90
5.10. Responsabilidade civil por atos jurisdicionais	90
Quadro sinótico	92
Exercícios de fixação e questões de concursos públicos	93
Capítulo VI – Atos Administrativos	97
6.1. Generalidades	97
6.2. Conceito	98
6.3. Elementos	98
6.3.1. Competência	99
6.3.2. Objeto	99
6.3.3. Forma	99
6.3.4. Motivo	100

6.3.5. Finalidade	100
6.4. Atributos	100
6.4.1. Presunção de legitimidade	101
6.4.2. Autoexecutoriedade	101
6.4.3. Imperatividade	102
6.5. Classificação	102
6.5.1. Quanto ao disciplinamento legal: atos vinculados e discricionários	103
6.5.2. Quanto ao conteúdo: atos concretos, permanentes e abstratos	104
6.5.3. Quanto aos efeitos: atos de efeitos internos e externos	104
6.5.4. Quanto às prerrogativas: atos de império, de gestão e de expediente	104
6.5.5. Quanto aos destinatários: atos gerais ou individuais	105
6.5.6. Quanto à proveniência do ato: atos simples, complexos e compostos	105
6.5.7. Quanto à validade: atos válidos, inexistentes, nulos e anuláveis	105
6.6. Espécies	106
6.6.1. Atos gerenciais ou ordinatórios	106
6.6.2. Atos de sanção ou punitivos	107
6.6.3. Atos normativos	108
6.6.4. Atos declaratórios ou enunciativos	109
6.6.5. Atos negociais	110
6.7. Prazo	111
6.8. Desconstituição	111
6.8.1. Revogação	111
6.8.2. Anulação	112
6.8.3. Outras formas de desconstituição: cassação e caducidade	114
6.8.4. Convalidação e reforma	114
Quadro sinótico	115
Exercícios de fixação e questões de concursos públicos	116
Capítulo VII – Licitação	119
7.1. Conceito e fundamento	119
7.2. Normas aplicáveis	119
7.3. Princípios	120
7.3.1. Legalidade	120
7.3.2. Impessoalidade	120
7.3.3. Moralidade	120
7.3.4. Igualdade entre os licitantes e o tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas	121
7.3.5. Publicidade	121
7.3.6. Proibição administrativa	121
7.3.7. Vinculação ao instrumento convocatório	122
7.3.8. Julgamento objetivo	122
7.3.9. Adjudicação compulsória	122
7.3.10. Competitividade	123
7.3.11. Formalismo	123
7.3.12. Sigilo das propostas	123
7.4. Dispensa e ineligibilidade de licitação	123

7.4.1. Licitação dispensada.....	124
7.4.2. Licitação dispensável	125
7.4.3. Licitação inexigível	129
7.5. Modalidades	130
7.5.1. Concorrência	130
7.5.2. Tomada de preços	131
7.5.3. Convite	132
7.5.4. Concurso.....	133
7.5.5. Leilão.....	133
7.5.6. Pregão.....	134
7.5.7. Consulta.....	136
7.6. Comissões de licitação	136
7.7. Procedimento.....	137
7.7.1. Fase interna.....	137
7.7.2. Fase externa.....	137
7.7.2.1. Audiência pública.....	137
7.7.2.2. O instrumento convocatório.....	137
7.7.2.3. Impugnação ao instrumento convocatório	138
7.7.2.4. Habilitação.....	139
7.7.2.5. Classificação e julgamentos das propostas	141
7.7.2.6. Homologação.....	142
7.7.2.7. Adjudicação	143
7.8. Anulação e revogação.....	143
7.9. Infrações penais.....	144
Quadro sinótico	144
Exercícios de fixação e questões de concursos públicos.....	145
 Capítulo VIII – Contratos Administrativos.....	 149
8.1. Noção geral.....	149
8.2. Conceito.....	150
8.3. Características	150
8.4. Classificação.....	151
8.4.1. Quanto às normas de regência: <i>contratos públicos e semipúblicos</i>	151
8.4.2. Quanto à prevalência do interesse: <i>contratos de colaboração e de atribuição...</i>	151
8.5. Cláusulas exorbitantes	151
8.5.1. Alteração e rescisão unilateral	152
8.5.2. Equilíbrio econômico-financeiro.....	152
8.5.3. Reajustamento de preços e tarifas	153
8.5.4. Inaplicabilidade da exceção do contrato não cumprido	153
8.5.5. Controle do contrato.....	154
8.5.6. Aplicação de penalidades	154
8.6. Interpretação	155
8.7. Formalização	155
8.7.1. Cláusulas essenciais	156
8.8. Garantias.....	156
8.9. Execução	157

8.9.1. Duração do contrato	158
8.10. Inexecução	159
8.10.1. Inexecução culposa	159
8.10.2. Inexecução sem culpa	160
8.11. Extinção do contrato	161
8.11.1. Conclusão do objeto	161
8.11.2. Término do prazo	161
8.11.3. Rescisão	161
8.11.4. Anulação	162
8.12. Espécies de contratos administrativos	162
8.12.1. Contrato de obra pública	162
8.12.2. Contrato de serviço	163
8.12.3. Contrato de fornecimento	163
8.12.4. Contrato de concessão	164
8.12.5. Contrato de permissão	164
8.12.6. Contrato de gestão	164
8.12.7. Outros contratos	165
8.12.8. Convênios e consórcios administrativos	165
8.12.9. Parcerias público-privadas – PPP's	167
8.12.9.1. Precedentes históricos	167
8.12.9.2. Conceito e espécies	167
8.12.9.3. Hipóteses de não cabimento	168
8.12.9.4. Diretrizes	168
8.12.9.5. Cláusulas contratuais	169
8.12.9.6. Pressupostos contratuais	169
– Quadro sinótico	170
– Exercícios de fixação e questões de concursos públicos	172
Capítulo IX – Serviços Públicos	177
9.1. Conceito	177
9.2. Previsão normativa e competência	178
9.3. Princípios	180
9.3.1. Continuidade	180
9.3.1.1. Suspensão da prestação	180
9.3.1.2. Greve	181
9.3.2. Eficiência	182
9.3.3. Mutabilidade	182
9.3.4. Igualdade	182
9.4. Requisitos	182
9.4.1. Regularidade	183
9.4.2. Generalidade	183
9.4.3. Segurança	183
9.4.4. Cortesia	183
9.4.5. Modernidade	183
9.4.6. Modicidade	184
9.5. Direitos e deveres dos usuários	184

9.6. Classificação.....	185
9.6.1. Serviços essenciais e não essenciais.....	185
9.6.2. Serviços compulsórios e facultativos.....	185
9.6.3. Serviços gerais (<i>uti universi</i>) e individuais (<i>uti singuli</i>).....	186
9.6.4. Serviços condicionais e incondicionais.....	186
9.6.5. Serviços públicos e de utilidade pública.....	187
9.6.6. Serviços diretos e indiretos.....	187
9.7. Serviços delegados a particulares.....	187
9.7.1. Concessão.....	188
9.7.1.1. Generalidades.....	188
9.7.1.2. Autorização legal.....	188
9.7.1.3. Controle.....	188
9.7.1.4. Intervenção.....	189
9.7.1.5. Contrato de concessão.....	189
9.7.1.6. Licitação.....	190
9.7.1.7. Responsabilidade do concessionário.....	190
9.7.1.8. Extinção.....	191
9.7.2. Parcerias público-privadas – PPP's.....	192
9.7.3. Permissão.....	193
9.7.4. Autorização.....	193
Quadro sinótico.....	194
Exercícios de fixação e questões de concursos públicos.....	195
Capítulo X – Servidores Públicos.....	201
10.1. Agentes públicos.....	201
10.2. Espécies de agentes públicos.....	201
10.3. Cargos, empregos e funções públicas.....	203
10.4. Classe, carreira, nível e quadro.....	204
10.5. Servidores públicos.....	205
10.5.1. Empregados públicos.....	205
10.5.2. Contratados por prazo determinado ou servidores temporários.....	206
10.5.3. Servidores estatutários.....	208
10.6. Acessibilidade.....	209
10.7. Concurso público.....	209
10.8. Investidura e provimento.....	212
10.9. Estabilidade e vitaliciedade.....	214
10.10. Sistema remuneratório: salário, subsídio e vencimentos.....	216
10.10.1. Salário.....	218
10.10.2. Subsídio.....	218
10.10.3. Vencimentos.....	219
10.11. Paridade de vencimentos e vedação à equiparação e à vinculação.....	221
10.12. Acumulação de cargos, empregos e funções públicas.....	222
10.13. Direitos sócio-trabalhistas.....	223
10.13.1. Direito de sindicalização.....	223
10.13.2. Direito de greve.....	224
10.13.3. Direitos extensíveis.....	225

10.14. Deveres.....	226
10.15. Responsabilidade dos servidores públicos.....	227
10.15.1. Responsabilidade administrativa.....	227
10.15.2. Responsabilidade civil.....	227
10.15.3. Responsabilidade penal.....	228
10.15.4. Incommunicabilidade das instâncias.....	229
10.16. Vacância.....	230
10.17. Previdência dos servidores públicos.....	231
10.17.1. Previdência dos servidores não ocupantes de cargos efetivos – RGPS.....	232
10.17.2. Previdência dos servidores ocupantes de cargos efetivos – RPP.....	234
10.17.2.1. Aposentadoria por invalidez (art. 40, § 1º, I, da CF/88).....	235
10.17.2.2. Aposentadoria por idade (art. 40, § 1º, II e III, “b”, da CF/1988).....	235
10.17.2.3. Aposentadoria por tempo de contribuição.....	236
10.17.2.4. Pensão por morte.....	238
10.17.3. Previdência complementar.....	239
10.17.4. Compensação previdenciária.....	239
Quadro sinótico.....	239
Exercícios de fixação e questões de concursos públicos.....	242
Capítulo XI – Improbidade Administrativa.....	247
11.1. Conceito.....	247
11.2. Fundamento.....	247
11.3. Evolução legislativa.....	248
11.4. A responsabilidade subjetiva.....	249
11.5. Características.....	249
11.5.1. Natureza civil.....	249
11.5.2. Tipificação e irretroatividade.....	250
11.6. Sujeitos passivos e ativos.....	251
11.7. Espécies.....	252
11.7.1. Atos que importam em enriquecimento ilícito (art. 9º).....	252
11.7.2. Atos que causam prejuízo ao erário (art. 10).....	254
11.7.3. Atos que atentam contra os princípios da Administração Pública (art. 11).....	258
11.8. Sanções.....	260
11.8.1. Espécies.....	260
11.8.2. Dosimetria e cumulatividade.....	261
11.8.3. Aplicabilidade das sanções: Tribunal de Contas e ocorrência do dano.....	261
11.9. Aspectos procedimentais e processuais.....	262
11.9.1. Procedimento administrativo.....	262
11.9.2. Processo judicial.....	262
11.9.3. Prescrição.....	264
11.9.4. Prerrogativa de foro.....	264
Quadro sinótico.....	265
Exercícios de fixação e questões de concursos públicos.....	266
Capítulo XII – Bens Públicos.....	271
12.1. Noção geral.....	271

12.2. Conceito.....	271
12.3. Classificação.....	272
12.3.1. Quanto à titularidade	272
12.3.2. Quanto à destinação.....	274
12.3.3. Quanto à disponibilidade.....	275
12.4. Afetação e desafetação	276
12.5. Características	276
12.5.1. Inalienabilidade	276
12.5.2. Impenhorabilidade.....	277
12.5.3. Imprescritibilidade.....	278
12.5.4. Impossibilidade de oneração	278
12.6. Aquisição e alienação	279
12.6.1. Aquisição de bens públicos	279
12.6.2. Alienação de bens públicos	281
12.7. Formas de utilização.....	282
12.7.1. Autorização de uso	282
12.7.2. Permissão de uso	283
12.7.3. Concessão de uso.....	283
12.7.4. Concessão de direito real de uso	284
12.7.5. Cessão de uso	285
12.7.6. Outras formas de utilização dos bens públicos	285
12.8. Espécies	286
12.8.1. Terras devolutas.....	286
12.8.2. Mar territorial	286
12.8.3. Terrenos de marinha e acrescidos.....	287
12.8.4. Plataforma continental.....	287
12.8.5. Zona econômica exclusiva	287
12.8.6. Ilhas	287
12.8.7. Terras indígenas.....	288
Quadro sinótico	288
Exercícios de fixação e questões de concursos públicos.....	289
Capítulo XIII – Intervenção do Estado na Propriedade e no Domínio Econômico.....	293
13.1. Noção geral.....	293
13.2. Desapropriação.....	294
13.2.1. Noção geral.....	294
13.2.2. Natureza jurídica	294
13.2.3. Requisitos	295
13.2.3.1. A ocorrência das hipóteses legais	295
13.2.3.2. A indenização	296
13.2.4. Características	296
13.2.5. Sujeitos da desapropriação	297
13.2.5.1. Sujeito ativo.....	297
13.2.5.2. Sujeito passivo.....	297
13.2.6. Objeto	298
13.2.7. Desapropriação indireta.....	298

13.2.8. Procedimento.....	299
13.2.8.1. Fase inicial ou declaratória.....	299
13.2.8.2. Fase executória.....	299
13.2.9. Retrocessão, anulação, revogação e desistência da desapropriação.....	300
13.3. Servidão administrativa.....	301
13.4. Ocupação temporária.....	302
13.5. Requisição de bens ou serviços.....	302
13.6. Limitações administrativas.....	303
13.7. Tombamento.....	303
13.8. Intervenção no domínio econômico.....	305
13.8.1. Conceito e fundamento.....	305
13.8.2. Princípios da ordem econômica.....	306
13.8.3. Formas de atuação.....	306
13.8.3.1. Atuação interventiva.....	306
13.8.3.2. Atuação participativa.....	308
Quadro sinótico.....	308
Exercícios de fixação e questões de concursos públicos.....	310
Capítulo XIV – Processo Administrativo.....	313
14.1. Conceito.....	313
14.2. Processo e procedimento.....	313
14.3. Legislação.....	314
14.4. Finalidade.....	315
14.5. Princípios.....	315
14.5.1. Princípio da legalidade.....	315
14.5.2. Princípio da finalidade.....	315
14.5.3. Princípio da motivação.....	316
14.5.4. Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.....	316
14.5.5. Princípio da moralidade.....	316
14.5.6. Princípios do contraditório e da ampla defesa.....	316
14.5.7. Princípio da segurança jurídica.....	317
14.5.8. Princípio do interesse público.....	317
14.5.9. Princípios da eficiência e celeridade – Prioridade de Tramitação.....	317
14.5.10. Princípio da indeclinabilidade.....	318
14.5.11. Princípio da oficialidade ou do impulso oficial.....	318
14.5.12. Princípio da informalidade.....	318
14.6. Fases.....	319
14.6.1. Fase de instauração.....	319
14.6.2. Fase instrutória.....	319
14.6.3. Fase do relatório.....	320
14.6.4. Fase decisória.....	320
14.6.5. Coisa julgada administrativa.....	321
14.7. Espécies.....	321
14.7.1. Processo de outorga.....	321
14.7.2. Processo de polícia.....	322
14.7.3. Processo de controle ou verificação.....	322

14.7.4. Processo de punição ou sancionatório.....	322
14.7.5. Processo de expediente.....	323
14.8. Sindicância	323
14.8.1. Noção geral.....	323
14.8.2. Conceito e finalidade	323
14.8.3. Natureza.....	324
14.8.4. Objeto e processamento.....	324
14.8.5. Comissão de sindicância	325
14.8.6. Fases e rito processual.....	325
14.9. Processo administrativo disciplinar.....	325
14.9.1. Conceito, objeto e finalidade.....	325
14.9.2. Comissão processante.....	326
14.9.3. Fases e rito processual.....	326
14.9.4. A sanção disciplinar.....	327
14.9.5. Revisão	328
14.10. Recursos	329
Quadro sinótico	329
Exercícios de fixação e questões de concursos públicos.....	331
Capítulo XV – Controle da Administração Pública	335
15.1. Conceito e objeto.....	335
15.2. Fundamentos	335
15.3. Previsão normativa	335
15.4. Espécies de controle	336
15.4.1. Quanto ao objeto	336
15.4.2. Quanto ao momento	337
15.4.3. Quanto ao fundamento	337
15.4.4. Quanto à extensão	337
15.4.5. Quanto ao ente controlador	338
15.5. Controle administrativo.....	338
15.5.1. Conceito e fundamento.....	338
15.5.2. Natureza e objeto.....	338
15.5.3. Meios de controle.....	339
15.5.3.1. Instrumentos de fiscalização hierárquica.....	339
15.5.3.2. Instrumentos de postulação administrativa	339
15.5.3.3. Instrumentos de impugnação às decisões (recursos administrativos) ...	341
15.5.3.3.1. Recurso próprio	342
15.5.3.3.2. Recurso impróprio.....	342
15.5.4. Prescrição administrativa	343
15.5.5. Coisa julgada administrativa	344
15.6. Controle legislativo	344
15.6.1. Conceito e natureza	344
15.6.2. Previsão constitucional.....	344
15.6.3. Comissões Parlamentares de Inquérito.....	345
15.6.4. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional	346
15.6.5. Tribunais de Contas	348

15.7. Controle judiciário – a Administração Pública em juízo	350
15.7.1. Conceito e fundamentos	350
15.7.2. Objeto	350
15.7.3. Privilégios processuais da Administração Pública	351
15.7.4. Instrumentos do controle jurisdicional	352
15.7.4.1. Mandado de segurança	353
15.7.4.1.1. Escorço histórico	353
15.7.4.1.2. Previsão legal	353
15.7.4.1.3. Conceito	353
15.7.4.1.4. Espécies	354
15.7.4.1.5. Pressupostos processuais	354
15.7.4.1.6. Direito líquido e certo	355
15.7.4.1.7. Partes	355
15.7.4.1.8. Prazo decadencial	356
15.7.4.1.9. Aspectos processuais	357
15.7.4.2. <i>Habeas corpus</i>	359
15.7.4.3. <i>Habeas data</i>	362
15.7.4.4. Mandado de injunção	363
15.7.4.5. Ação popular	365
15.7.4.6. Ação civil pública	366
Quadro sinótico	367
Exercícios de fixação e questões de concursos públicos	368
Bibliografia	373